

1 **Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho SEJUF-PR**

2 **Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

3 **Reunião Ordinária COEDE/PR - NOVEMBRO 2019**

4 Ao quarto dia do mês de novembro do ano de 2019, às treze horas e quinze minutos, na Sala  
5 de Gestão Fani Lerner, no sétimo andar, da Secretária de Estado da Família e  
6 Desenvolvimento Social SEDS, situada no Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de  
7 Campos, s/n, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, iniciou-se a reunião com a primeira chamada,  
8 sem quórum. Aguarda-se portanto a segunda chamada. Retomada às treze horas e trinta e  
9 cinco minutos, com apresentação dos Conselheiros Governamentais: Luis Felipe Gubert Braga  
10 Côrtes (SEJUF/CPCD), Flavia Bandeira Cordeiro (SEJUF/CPCD), Abimael Mardegan (SEJUF/  
11 TRABALHO), Claudia Camargo Saldanha (SEED), Noemi Nascimento Ansay (SETI), Paula de  
12 Castro - suplente (SEPL), Juvanira Mendes Teixeira (SESP), Clara Marcia Piazzetta (SETI),  
13 Aline de Oliveira (SESA), Eliseu Raphael Venturi (SEPL), Isaac Ferreira (SEJUF/Trabalho),  
14 Fernanda Crisina Heberle (SEJUF/Assistência), Claudia Camargo Saldanha (SEED); e  
15 Conselheiros da Sociedade Civil: Eliane de Souza Araújo (APAE – Cascavel), Andrea Cristina  
16 de Fátima dos Santos (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piraquara), Tereza  
17 de Jesus Loução Pereira (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cruzeiro do  
18 Oeste), Ricardo Vilarinho da Costa (Universidade Livre para a Eficiência Humana - UNILEHU),  
19 Pedro Maria Martendal de Araujo (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de  
20 Cascavel), Regina Rosa Pedrozo Rosa (Associação de Pais e Amigos do Deficiente Visual -  
21 APADEVI) e Ivã José de Pádua (Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual  
22 - ACADEVI), Horaisdes Defant Souza Borges (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
23 de Santo Antonio do Sudoeste), Carla Moraes (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
24 de Palmas), Carlos Renato (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paranaguá),  
25 Júlio Marcos de Souza (SURDOVEL), Convidados: Dra. Rosana Bevervanço. Ressalva para a  
26 presença de dois (a) interpretes de libras para a reunião. **1. Aprovação da Pauta:** pauta  
27 aprovada com as seguintes inclusões: apresentação do projeto Mapa da Inclusão, da ASID,  
28 com um panorama dos levantamentos pelo projeto e a resposta ao ofício COEDE/PR –

29 Apresentação do Programa Acesso, da Secretaria Municipal da Educação. Além da inclusão  
30 2.8, na Comissão de Garantia de Direitos, referente à Falta de Acessibilidade para Servidor  
31 Público. **2. Informes da Secretaria-Executiva: 2.1 -\_Justificativas de Ausência:** Noemi  
32 Nascimento Ansay - pela parte da manhã, a tarde será substituída pela sua suplente Clara  
33 Marcia Piazzetta. **Convites:** Participação de Representante da ASID - Alexandre Amorim,  
34 para apresentação do projeto Mapa da Inclusão e um panorama das realizações dos  
35 projeto. Ofício Conjunto n °03/2019 – CAOIPCD/CPEAP - Participação de Reunião que  
36 ocorrerá no dia 07/11/2019 as 1430 no MPPR – Referente ao Atendimento ao Público, por  
37 Intermédio das Procuradoras de Justiça. Ofício 0060/2019 – CMDPD - Compôr a Mesa de  
38 Abertura do II Seminário Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência dia 31/10/2019  
39 em Foz do Iguaçu. **Convite:** Festival de Cinema da Lapa programou para o dia  
40 09/11/2019(sábado), uma Sessão especial, uma comédia estrelada pela atriz Lilian Cabral,  
41 chamada Maria de Caritó, essa sessão terá Libras, Áudio descrição e Legendas, haverá um  
42 ônibus saindo da frente do Teatro Guaíra as 08:30 hs direto para a Lapa, com tempo Livre  
43 depois da Sessão para apreciar a cidade e depois o ônibus os trará novamente deixando na  
44 frente do Teatro Guaíra. Informações pelo Fone 41-98537-7674 falar com Cris. **3.**  
45 **Apresentação do projeto Mapa da Inclusão, da ASID:** o Diretor de Projetos da ASID Brasil,  
46 Alexandre Amorim, apresentou-se, agradeceu pelo espaço na pauta e expressou o interesse  
47 em fazer uma exibição da entidade ao COEDE, dando total ao enfoque a um projeto  
48 desenvolvido em Curitiba chamado “Mapa da Inclusão”, em andamento há aproximadamente  
49 um ano. O diretor introduziu elucidando que a ASID é, entendendo o contexto da pessoa com  
50 deficiência, o desenvolvimento de projetos e iniciativas que pudessem promover e apoiar a  
51 inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Assim, a ASID tem o objetivo de unir  
52 diferentes atores para promover a inclusão, através de uma rede de instituições, com  
53 voluntários, juntamente às famílias e às pessoas com deficiência que fazem parte desta rede  
54 de instituições. Os projetos sociais são definidos três propósitos centrais: o empoderamento da  
55 família, o desenvolvimento da pessoa com deficiência e a inclusão no mercado de trabalho. A  
56 ASID, expôs ainda, que desenvolve projetos em 54 cidades com 165 instituições e com 7 mil  
57 voluntários. Alexandre expressiu que a ideia do Mapa da Inclusão nasce do questionamento de

58 onde ficam as pessoas com deficiência que não têm acesso às formas de inclusão, ou seja,  
59 encontrar a demanda de pessoas que não estavam sendo atendidas por algum sistema – seja  
60 de ensino, saúde ou assistência. Dessa maneira, o projeto entra com o propósito de  
61 contemplar tais questões. O Projeto do Mapa atua de duas formas: compreendendo a  
62 demanda, começando pela escolha de uma comunidade, no caso de Curitiba a região  
63 escolhida foi a Vila Sabará onde se promoveu mutirão de cadastros, rodas de conversas, entre  
64 outras atividades; e o segundo passo é a oferta, que acontece de duas maneiras: entrevistando  
65 os órgãos governamentais, organizações sem fins lucrativos e todos os agentes, para entender  
66 como dá-se a atuação do atendimento e desenvolvimento do trato com as pessoas com  
67 deficiência – a partir das entrevistas cruza-se as informações e percebe-se quem está  
68 responsável pelo que e o que está a esmo, sem promoção de nenhuma política; e um  
69 levantamento de dados a partir do trabalho de TI's. O diretor apresentou também o que já fora  
70 obtido com o projeto, no escopo apenas da Vila Sabará momentaneamente: foram mapeadas  
71 77 pessoas com deficiência e que estão em situação de exclusão, sendo as de 36 a 59 anos  
72 30% delas, ou seja, a maioria. Alguns casos são mais graves e emergenciais que outros, como  
73 o caso de um rapaz, ilustrou, que sofreu um acidente, não foi indenizado e está há dois anos  
74 recluso na cama, impossibilitado de sair, pois não possui mobilidade e o caso alarmante de  
75 sucessivos abusos sexuais de pessoas deficientes. Das instituições que trabalham com a  
76 pessoa com deficiência na rede em Curitiba recebeu-se o relato de que 59% delas não  
77 consegue atender toda a demanda, e há o levantamento de 809 pessoas na fila de espera.  
78 Nesse trabalho, a menor parte das pessoas atendidas são adultos e idosos, evidenciando uma  
79 lacuna entre demanda e atendimento deste público. Das conclusões gerais, o diretor apontou  
80 as percepções da ASID: os agentes de saúde não têm conseguido acompanhar os casos de  
81 pessoas com deficiências graves e que estão em situações mais críticas, muito pela rotina do  
82 posto, muito pelas dificuldades de acessar esses espaços – seja por conta da violência, seja  
83 por conta do espaço físico, assim, o CRAS cria as ofertas mas depende que as pessoas  
84 dirijam-se até ele; poucas famílias são engajadas e envolvidas nos projetos; há pouca  
85 especialização do atendimento e envolvimento da pessoa com deficiência dentro dos serviços  
86 prestados; e, por último, as regiões de vulnerabilidade social não possuem nenhum tipo de

87 acessibilidade. Após a exposição, abriu-se inscrição para questionamentos ao Alexandre. O  
88 conselheiro Isaac colocou, acerca dos abusos sexuais detectados, que se faz necessária  
89 imediatamente a denúncia. O diretor elucidou que encontrou dúvidas acerca de como proceder  
90 com tal informação e que levou o caso ao conselho a fim de tal esclarecimento. Assim,  
91 determinou-se o procedimento de encaminhamento da denúncia junto ao conselheiro Isaac  
92 posteriormente à reunião. Já o presidente ilustrou os números do BPC recebidos pelo membro  
93 da ASID; este propôs um momento em que se expunha somente os números e análises do  
94 BPC, pelo caráter abrangente e nacional da questão. A conselheira Juvanira Mendes Teixeira,  
95 relatou que é preciso pensar também em mecanismos de prevenção em alerta, pois as  
96 pessoas com deficiência, especialmente as meninas, são as maiores vítimas de abuso na  
97 relação inter-familiar. O conselheiro Júlio perguntou se no projeto eles tiveram o auxílio de  
98 algum intérprete de libras, pois pode ser que haja pessoas com deficiência auditiva que não  
99 consigam denunciar, inclusive, situações de abuso. O diretor expressou que havia a presença  
100 de intérpretes durante o mutirão. O conselheiro Mário questionou se há participação esportiva  
101 dessas pessoas; Alexandre esclareceu que o levantamento e mapeamento parte de várias  
102 dimensões, e a dimensão do esporte também está incluída – logo, sim. Desta maneira, o  
103 conselheiro expressou o interesse da Secretaria de Educação e Esporte de acompanhar o  
104 trabalho. A Dra. Rosana questionou como é constituída a entidade, qual o perfil jurídico e como  
105 ela se sustenta. O diretor exprimiu que ASID é uma organização sem fins lucrativos, com  
106 certificado CEBAS, sustentando-se através de projetos com a iniciativa privada, sendo esta ou  
107 pessoa física 98% da renda, em que se promove, também, certa inclusão das pessoas com  
108 deficiência no mercado trabalho, promovendo a capacitação destas. Acerca da pauta de  
109 empregabilidade, o presidente expressou que o processo passa pela aprendizagem, ponte que  
110 conectou o conselho à ASID, sobre a qual se faz necessário o estabelecimento de formatos  
111 para apoio e incentivo, mas relatou que a dificuldade, quando se trata de cota e aprendizagem,  
112 percebe-se vários problemas. **4. Relato das Comissões: CONSELHEIROS PRESENTES:**  
113 **Isaac Ramos Ferreira - SEJUF/Trabalho, Horaides Defant de Souza Borges - APAE de**  
114 **Santo Antonio do Sudoeste, Regina Rosa Pedrozo Rosa – APADEVI, Ponta Grossa,**  
115 **Selma Maria Hadas Santos - APAE Cruzeiro do Oeste, Andréa dos Santos - APAE de**

116 **Piraquara, Cláudia Camargo Saldanha – SEED, João Guilherme Simão - SEJU/DEDIF,**  
117 **Apoio Técnico: Quelen. Coordenadora: Cláudia Camargo. Relatora: Andreia.**  
118 **Relatório: 1.1. Resposta ao Ofício 137/2019 COEDE/PR – Solicitação do Processo de**  
119 **Sindicância de Servidor. Histórico:** Em sessão plenária realizada em 07/10/2019 este  
120 Conselho apreciou pauta referente a solicitação de instauração de processo  
121 administrativo para esclarecer uma situação de desrespeito a servidor com deficiência.  
122 Em ofício direcionado à Secretaria de Estado da Educação foi solicitada a cópia integral  
123 do processo de sindicância instaurado, nº 15.405.790 – 0, no prazo de sete (7) dias após  
124 recebimento do ofício, e uma reunião com o titular da pasta. **Retorno:** Representante da  
125 Secretaria de Estado da Educação confirmou presença na reunião do dia 04/11/2019 para  
126 esclarecer a situação junto ao colegiado. **Parecer da Comissão:** A Comissão entende  
127 que por se tratar de um direito violado a discussão desta pauta deverá também ser  
128 encaminhada para a Comissão de Garantia de Direitos. Aguardar esclarecimentos da  
129 SEED para definição dos encaminhamentos. De acordo com os desdobramentos  
130 discutidos em planária, ficou acordada a criação de um grupo de trabalho em que os  
131 Conselheiros Ricardo, Ivã, Tiago e Felipe que fariam a análise da documentação  
132 solicitada. **Parecer do COEDE:** A representante da SEED, Ângela Nasser , expressou  
133 que a SEED recebeu o ofício e na oportunidade o Secretário indicou-a à pasta do DEE e  
134 na reunião esteve acompanhando o César, coordenador responsável pelo departamento  
135 dos processos administrativos. Colocou assim à disposição e passou a palavra ao César,  
136 a fim de uma explicação jurídica sobre o procedimento. O coordenador explanou que no  
137 final de 2018 chegou à secretária uma situação em que uma diretora de uma escola teria  
138 colocado um servidor em situação vexatória por não aceitá-lo na sua equipe de trabalho.  
139 Diante disso, a assessoria técnica requereu, junto ao núcleo de trabalho, que montasse  
140 uma comissão de sindicância, a qual foi estabelecida, sendo designada no dia  
141 30/04/2019, com um prazo de 15 dias para entrega de relatório, no qual se sugere a  
142 instalação de um processo administrativo. O coordenador elucidou que o Ricardo, vítima  
143 da discriminação, esteve na secretaria e obteve tal informação, com o aguardo da  
144 comissão mais 90 dias para a conclusão do processo. Diante disso, não se poderia

145 instaurar o processo na ocasião, pois não teria pessoal para concluí-lo – e sem a  
146 conclusão dentro do prazo legal, o processo seria impugnado. César explanou também  
147 que a demanda impossibilitou um agir mais profícuo e imediato, como a preocupação da  
148 secretaria com seguidos casos de abuso sexual. O processo fora instaurado dia  
149 15/10/2019, conforme exposto pelo César. Elucidou também que a aposentadoria da  
150 diretora não impede a pena e responsabilização no caso de comprovação da atitude  
151 vexatória, com a aposentadoria cassada. Com isso, abriu-se espaço para  
152 questionamentos e colocações. A Dra. Rosana expressiu que as pessoas com deficiência  
153 têm prioridade nos processos por obrigatoriedade da lei, o que não foi observado e  
154 desencadeou neste longo tempo de resolução da questão, não se podendo abrir mão da  
155 prioridade. O conselheiro Mario Sérgio Fontes, também manifestou considerar a demora  
156 uma negligência. O conselheiro Isaac questionou se a comissão esteve na secretaria e se  
157 fez o pedido pelos documentos do processo – e o por que tais documentos não chegaram  
158 à comissão. O conselheiro Ivã expressou que foram pedidos pelo conselho os  
159 documentos da sindicância, dos quais o coordenador relatou que o conselho pode obter  
160 acesso. Ângela relatou que o ofício chegou à pessoa do Secretário, tendo a demanda  
161 sido encaminhado a eles somente na sexta feira – dia 01/11/2019. O conselheiro Ivã  
162 questionou acerca da data que a PROFESSORA processada aposentou-se e se voltaria  
163 às atividades conforme abertura do processo. O coordenador respondeu: 24/06/2019,  
164 mas que ela não volta às atividades, apenas com a possibilidade de cassação da  
165 aposentadoria, no caso de ser penalizada, com punição de desconto de salário – ou até o  
166 caso de uma demissão, mesmo aposentada. O presidente questionou acerca do prazo do  
167 processo, sobre o qual o César explicou que há 90 dias, com possibilidade de pedido de  
168 duas prorrogações de 30 dias cada. O coordenador esclareceu ainda que não houve  
169 negligência em relação à observação da prioridade, mas que a SEED focaliza as  
170 demandas que envolvem crianças. A conselheira Juvanira Teixeira argumentou que  
171 acredita na educação mais do que na punição, ainda que compreendendo que o processo  
172 punitivo compõe os direitos da pessoa violentada, assim como a outra pessoa tem direito  
173 à ampla defesa. Dessa forma, sugeriu a promoção de campanhas educativas para

174 pessoas da educação. Por fim, o parecer é: **Aguardar o encaminhamento da**  
175 **documentação relativa ao processo de sindicância e o processo administrativo**  
176 **disciplinar dando ciência imediata do conteúdo à comissão própria para os devidos**  
177 **fins. Ainda o COEDE entendeu desde já pela necessidade de observância do direito**  
178 **à prioridade na tramitação de feitos nos quais tenha interessado com deficiência.**

179 **1.2. Interprete de Libras na Câmara Legislativa de Toledo. Histórico:** O presidente do  
180 Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Toledo enviou e-mail ao  
181 COEDE, relatando dificuldade em relação a efetivação e contratação de Interpretes de  
182 Libras na Câmara Legislativa do município. “A negativa foi apresentada em resposta de  
183 um ofício de deliberação do conselho, o presidente da instituição legislativa nos informou  
184 que teria feito contato com a UFPR estabelecida no município com o curso de medicina  
185 visando a cedência de alunos do curso de libras, para estagiarem na casa de leis onde  
186 fariam a interpretação das sessões, audiências públicas, reuniões e atendimentos.  
187 Segundo algumas informações que obtive é que alunos de libras não reúnem  
188 conhecimentos para tal trabalho e que somente profissionais formados poderiam realizar  
189 tal interpretação, peço que diante disso enviem por e-mail uma resposta quanto a  
190 veracidade do fato em que alunos de libras não tem realmente a condição de fazer esse  
191 trabalho de interpretação, tendo certeza do conhecimento e lisura dos membros do  
192 COEDE agradeço a atenção dispensada e aguardo retorno.” **Parecer da Comissão:**  
193 Enviar resposta por e-mail para o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com  
194 deficiência informando sobre a Lei Federal 12.319/2010 – que regulamenta o exercício da  
195 profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Lei Federal  
196 10.436/2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Decreto 5626/2005 -  
197 Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua  
198 Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.  
199 **Parecer do COEDE: APROVADO** com encaminhamento pra ciência da câmara Municipal  
200 de Toledo, conforme indicação do conselheiro Ivã. Nathan esclareceu, em conjunto com a  
201 Cláudia, que as condições necessárias para que tenha uma tradução eficaz passa pela  
202 proficiência emitida ou pelas CAS ou pela FENEIS. Assim, o profissional que quer

203 trabalhar como tradutor e/ou intérprete de libras precisa obter proficiência passando pela  
204 banca avaliadora, atuando conforme os níveis certificados. **1.3. Intervenção para**  
205 **reabertura da farmácia CRAID. Histórico:** A Associação de Pais e Amigos da Síndrome  
206 de Sotos no Brasil (APASSB), GPRDR-PR Grupo Paranaense de Doenças Raras, Projeto  
207 Lia – Lazer, Inclusão e Acessibilidade, solicita intervenção para a reabertura da farmácia  
208 do CRAID, melhorias no atendimento e administração. “Recebemos nesta segunda feira,  
209 dia 21/10/2019 o pedido de ajuda de várias mães, que foram até o CRAID para pegar  
210 medicação de uso contínuo e se depararam com uma placa e aviso de fechamento da  
211 farmácia por falta de funcionário. Questionando aos funcionários de outros  
212 departamentos, foram informadas que a farmácia tem todas as medicações, porém não  
213 tem funcionário para dispensar. A responsável pela farmácia fará uma cirurgia de tireóide  
214 e não tem data prevista para retorno das atividades”. Dentre os documentos anexados ao  
215 e-mail consta informativo anexado na parede do CRAID informando o fechamento da  
216 farmácia por tempo indeterminado a partir de 22/10/2019; Informativo da Farmacêutica  
217 que até então estava em exercício para a Coordenação administrativa, onde relata que  
218 comunicou verbalmente o diretor interino do CRAID Sr. Lean Franco sobre a necessidade  
219 de afastamento para cirurgia e na sequência licença especial. **Parecer da Comissão:** Foi  
220 realizado contato via telefone na presente data com o CRAID, onde informaram que a  
221 farmácia está em funcionamento das 8:30 às 16:00 horas sem interrupção para o almoço.  
222 Enviar ofício à SESA (Secretário Beto Preto) solicitando esclarecimentos sobre a  
223 denúncia. **Parecer do COEDE: Aprovado. 1.4. Resposta ao Ofício 108/2019**  
224 **COEDE/PR – CES Conselho Estadual de Saúde. Histórico:** Em resposta ao Ofício nº  
225 108/2019, onde o Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência do  
226 Paraná solicita esclarecimentos e providências urgentes com a indicação de prazo de  
227 cumprimento da dispensação de bengalas, segue em anexo, cópia do memorando nº  
228 021/2019/GAF/HR, com mais informações a respeito do solicitado, assinado por Andréa  
229 Pimentel – Gerente Adm. Financeiro do Complexo Hospitalar do Trabalhador. “Informo a  
230 esta direção que no dia 12/09/2019 recebemos o quantitativo de 226 bengalas articuladas  
231 para contemplar pacientes cegos ou com visão subnormal como parte do processo de

232 cuidado que envolve medidas de prevenção da perda visual, de redução do ritmo da  
233 perda visual e/ou da melhora ou recuperação da função, e ou medidas da compensação  
234 da função perdida. Informo ainda que estamos no aguardo do encaminhamento dos  
235 contatos dos usuários pelas associações para que possamos realizar os devidos  
236 agendamentos”. **Parecer da Comissão:** Entrar em contato com o Hospital solicitar  
237 esclarecimentos sobre as Associações que já foram contempladas, como é o contato com  
238 as Associações para conhecimento sobre a dispensação das bengalas e da ciência da  
239 disponibilidade das bengalas no hospital, por fim como está se dando o processo de  
240 distribuição. **Parecer do COEDE: Aprovado** e encaminhar ofício ao Hospital do  
241 Trabalhador o parecer da comissão. O presidente esclareceu que a questão já está  
242 resolvida, desenrolando-se apenas a transição do Hospital do Trabalhador para o CHR.  
243 Acerca disso, a conselheira Claudia Saldanha, solicitou que se reveja, assim, certas  
244 pautas, para que a comissão não discuta assuntos já findos e respondidos. **1.5. Resposta**  
245 **ao Ofício 079/2019 COEDE/PR – MEC – Código de Cores. Histórico:** Este Conselho,  
246 por meio do ofício nº 079/2019, sugeriu ao Ministério da Educação que fizesse apreciação  
247 referente ao recurso de acessibilidade apresentado pelo professor Rubens Ferronato. Em  
248 resposta, por meio do ofício 645/2019/GAB/SEMESP/ SEMESP- MEC, a coordenadora  
249 geral de capacitação de profissionais para educação especial, Ana Lúcia Felix de Souza,  
250 orienta para que o projeto Código de Cores seja encaminhado à plataforma do MEC:  
251 Plataforma Evidências. **Parecer da Comissão:** Comissão fica ciente e define que deve-se  
252 orientar ao professor Rubens Ferronato que faça o cadastro a plataforma do MEC.  
253 **Parecer do COEDE: Aprovado,** com o encaminhamento da documentação. **1.6. Demora**  
254 **em Atendimento de Doenças Raras no Hospital Pequeno Príncipe. Histórico:** Sr.  
255 Luciano Linhares enviou e-mail ao COEDE com dúvidas referentes ao LOAS, isenção do  
256 imposto de renda e atendimento fora do município. “Minha filha tem uma doença rara  
257 chamada distrofia muscular congênita merosina negativa (deficiência física). É uma  
258 doença muscular degenerativa e progressiva. Como não tem cura e o tratamento é muito  
259 caro e complexo, buscamos dar a melhor qualidade de vida possível (...). Como  
260 conseguir atendimento fora do município com mais agilidade? Moramos em Pato Branco

261 estamos aguardando uma consulta no Hospital Pequeno Príncipe a mais de um ano”.

262 **Parecer da Comissão:** A comissão entende a importância de responder esta pauta,

263 enviando o ofício para o Hospital Pequeno Príncipe solicitando esclarecimentos, mas

264 deixa exposto que essa pauta faz parte da Comissão de Garantias de Direitos. **Parecer**

265 **do COEDE:** Dra. Rosana opinou que ao conselho cabe à gestão de Política Pública, ou

266 seja, observando as questões de forma abrangente. As particularidades devem ser

267 observadas sem burocracia e levadas ao conselho apenas quando puderem ser

268 enfrentadas. Parecer, afinal: **Retirado de Pauta para avaliação do departamento. 1.7.**

269 **Apresentação Programa Acesso. Histórico:** A Senhora denunciante enviou e-mail para

270 o COEDE para falar da questão do ônibus acesso e a dificuldade que se tornou a

271 mudança no trajeto do ônibus, a distância entre os bairros percorridos e também casos

272 em que o ônibus não passa no ponto pré-determinado e as pessoas ficam esperando. Foi

273 enviado ofício 125/2019 para a Coordenadora do Departamento da Pessoa com

274 deficiência da Prefeitura Municipal de Curitiba. Foi confirmada a apresentação do

275 Programa Acesso para dia 04/11/2019. **Parecer da Comissão:** Comissão ciente. **Parecer**

276 **do COEDE:** A Denise, representando o departamento de direitos da pessoa com

277 deficiência de Curitiba, expôs que se enviou um ofício solicitando uma vaga permanente

278 para o conselho municipal no conselho estadual e logo após apresentou o Programa

279 Acesso. O Programa foi idealizado sob a perspectiva de que muitas vezes conseguia-se

280 articular serviços com a saúde, onde se procura mais atendimento, a família da pessoa

281 com deficiência ou a própria pessoa não dispunham de recursos para comparecer nessa

282 consulta por conta da falta de acessibilidade. Ou seja, tal programa objetiva ofertar um

283 recurso de mobilidade porta a porta, aportando os recursos necessários para tal, fazendo

284 com que pessoas com deficiência cheguem aos serviços socioassistenciais não

285 continuados e de saúde. Os critérios para dispor do serviço são: pessoas com deficiência

286 com alto grau de complexidade para questão de mobilidade e autonomia, ou

287 comportamento, que morem em Curitiba, que tenham uma renda familiar de até 01

288 salário-mínimo per capita na família. O credenciamento acontece no CRAS mais próximo

289 da residência, onde é realizada a análise social. O serviço possui 9 ônibus e funciona

290 desde 2013, com 1800 pessoas cadastradas – chegando a 18.000 atendimentos ao ano  
291 em média. No novo processo de funcionamento, por conta de aumento na demanda,  
292 dificuldade de atender todas as solicitações, falta de uniformidade da aplicação das  
293 regras, muito tempo de espera e permanência nos veículos, coordenou-se com a SIT um  
294 novo sistema de roteirização. Desta forma, o processo que era regionalizado e manual  
295 adequou-se para um sistema que roteiriza conforme demanda, chegando a dobrar o  
296 atendimento. Acerca da denúncia, Denise manifestou perplexidade, relatando inclusive  
297 que a denunciante chegou a usar o recurso dezesseis vezes em julho e agosto,  
298 dezessete em setembro e em outubro dezoito, reiterando que as regras também elucidam  
299 que é inviável o recurso ser diário, além de outras inviabilidades devido à logística, mas  
300 que se busca sempre atender da melhor maneira. Denise apresentou também que o  
301 Programa foi reconhecido pelo prêmio Bloomberg, chegando a ser premiado em dinheiro  
302 – que foi revertido para obtenção de mais recursos. O conselheiro Mario, da  
303 superintendência do Esporte, apresentou o projeto “Viva o Jogo”, que tratará de  
304 reabilitação com a atividade esportiva, e questionou se o Programa Acesso pode atender  
305 a estas pessoas. Denise respondeu que sim, pois o decreto trata de reabilitação. A Denise  
306 ainda apresentou o projeto “Domingo no Parque”, em que os ônibus são usados para  
307 promover atividades de lazer. Assim, o relato encerrou-se. O parecer foi: Encaminhar  
308 ofício para a mãe questionando se foi atendida e se a situação foi resolvida. **4.2 -**  
309 **Comissão de Garantia de Direitos: Será avaliado na próxima reunião. 4.3 -**  
310 **Comissão de Capacitação, Mobilização e Articulação: CONSELHEIROS**  
311 **PRESENTES:** Carlos Renato do Rozário - APAE PARANAGUÁ, Flávia  
312 Bandeira-SEJUF/DPCD, Carla Regina W. de Moraes - APAE PALMAS, Pedro Martendal -  
313 APAE CASCAVEL **Apoio Técnico:** Flavia Bandeira Cordeiro Portela. **Coordenadora:**  
314 Carla. **Relatório: 3.1. Solicitação do cumprimento do Estatuto da pessoa com**  
315 **Deficiência – CAC – (Comissão de Acessibilidade Curitiba). Histórico:** A Comissão de  
316 acessibilidade de Curitiba -CAC, pede ao conselho que se debrucem sobre a Lei n. 18419  
317 de 2015 que estabelece o Estatuto da Pessoa com deficiência do Estado do Paraná e  
318 exijam de todos o cumprimento total desta legislação e sobre suas penas. **Parecer da**

319 **Comissão:** Encaminhar ofício à comissão informando que é atribuição deste Colegiado o  
320 monitoramento e fiscalização das legislações que garantem os Direitos da Pessoa com  
321 Deficiência. Em face da dificuldade de ter o conhecimento de todas as demandas  
322 existentes nos 399 Municípios, sugere-se que as demandas sejam encaminhadas aos  
323 respectivos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Em não sendo  
324 resolvido a nível municipal, ou quando não houver conselho municipal, a demanda deverá  
325 ser enviada a esse conselho. **Parecer do COEDE: Aprovado**, visto que a denúncia é  
326 genérica e sem apontamentos específicos. **4.4 - Comissão de Eleição: Conselheiros**  
327 **Presentes:** Pedro Maria Martendal, Ivã José de Pádua-ACADEVI, Bruna Abdalla-SEJUF/  
328 DPCD, Eliseu Raphael Venturi-Secretaria de Planejamento – SEPL, **Apoio Técnico:**  
329 Bruna Abdalla. **Relatório:** Bruna Abdalla **4.1 Elaboração do Edital das Eleições do**  
330 **COEDE/PR – 2020/2022. Relato:** Elaboração do regimento com fechamento de alguns  
331 pontos, usando como base o anterior, faltando complementação que ficará para a próxima  
332 reunião e posterior publicização. A relatoria exibiu as alterações. Nestas, a mudança de  
333 que as organizações poderão apresentar fotocópia simples dos incisos relacionados nos  
334 artigos, mas elucidando ainda mais que é preciso registro em cartório; no artigo 12 incluiu-  
335 se o Parágrafo 1º, em que consta que as instituições que não realizarem atendimento  
336 direto à pessoa com deficiência ou atuarem em mais de um segmento deverão optar por  
337 aquele de maior atuação mediante comprovação em relatório de atividades. O período de  
338 inscrição foi até 10/02/2020, com análise pela comissão nos dias 27 e 28/02. Divulgação e  
339 aprovação das postagens 03/03/2020 e o prazo pra impugnação até 12h00 do dia  
340 05/03/2020, com a publicação destas no dia 07/03 e o prazo para defesa 10/03. Análise  
341 de recursos: 11/03. Publicação da decisão da habilitação após recurso de impugnação:  
342 13/03. Ato de carregamento das organizações habilitadas: 17/03. Data da eleição: 19/03.  
343 Análise dos resultados: até 23/03. Prazo limite para notificação das organizações em caso  
344 de duplicidade: 24/03. Publicação do resultado final: 25/03. Publicação do decreto: 10/04.  
345 **Parecer do COEDE:** Acerca das inscrições nos termos de representação, elucidou que  
346 há a necessidade de ser na área de maior predomínio na instituição. Acerca disso, o  
347 conselheiro Isaac expressou a preocupação de que o conselho deixe de ter quórum com

348 uma debandada dos representantes da APAE, que possuem contingente apenas para  
349 representação na área da deficiência intelectual. O conselheiro Mário Sérgio, no entanto,  
350 expressou que o fato de ter outras representações não significa descomprometimento.  
351 Com o horário, a discussão precisou ser postergada para a próxima reunião e foi  
352 suspenso o encaminhamento. **5. Informes gerais:** a vice-presidente introduziu os  
353 informes expressando que é preciso delimitar o número de convidados a fim de melhor  
354 fluência no segmento da pauta e nos debates do conselho. O conselheiro Ivã alertou para  
355 a necessidade de que se rememore e cobre a questão do servidor Ricardo, vítima de  
356 discriminação, na próxima reunião e é preciso que o caso seja discutido na comissão de  
357 garantia de direitos; acerca da delimitação de convidados, opinou que restringir o tempo  
358 de fala será a opção mais satisfatória, sistematizando melhor, visto que delimitar os  
359 convidados seria interessante apenas no caso de lotação da plenária. Acerca das viagens  
360 e prestação de contas, a Secretária Executiva Jane Vasques, informou que se enfrenta  
361 um problema grande e que careceria da prestação de contas em até 48h, no caso, a partir  
362 do dia da reunião. Caso a prestação não seja feita, segundo circular do diretor geral, os  
363 conselheiros são obrigados a devolver o valor recebido para a viagem. A Secretaria  
364 também convidou os presentes para o festival de cinema da Lapa do qual o convite fora  
365 encaminhado por e-mail. **6. Encerramento:** após as referidas discussões, a reunião  
366 encerrou-se. A presente ata foi gravada, redigida pelo estagiário Gabriel do DEDIF,  
367 corrigida pela Secretária Executiva Jane Vasques, e, após aprovada, será publicada no  
368 DIOE e publicizada no site do COEDE/PR.